

TER, Miriam Leitão, QUA, Rachel Maia (menor), QUA, Álvaro Grabel (pequena), QUI, Miriam Leitão, SEX, Rogério Wernick (pequena), Fabio Giambiagi (pequena), SAB, Carlos Góes (pequena), Ricardo Henriques (pequena), DOM, Miriam Leitão

RACHEL MAIA

oglobo.com.br/economia
economiainfo@oglobo.com.br



Definindo seu lugar de fala

Como tem evoluído a diversidade no mercado corporativo, público ou privado, questiono: "estamos no caminho? Quanto falta?" Todos os indivíduos e empresas possuem lugar de fala e de escuta quando o tema é pluralidade. E todos nós precisamos de devemos nos levantar, dialogar e agir. Quem ainda não proporcione esse debate ou quem só o faz para manter boa aparência será cobrado pela sociedade e pode pagar caro por não investir em um tema que é urgente e sem volta. Mesmo com movimento Anti-ESG...

qualquer tema em questão não diz respeito apenas a nossas histórias individuais, mas, sim, conectadas a um conjunto de experiências e vivências coletivas comuns. É como ressalta a filósofa e escritora Djamilia Ribeiro em seu livro "O que é lugar de fala?" (2017): "O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas". Nesse contexto, é importante lembrar que o conceito de lugar de fala representa a busca pelo fim da mediação, ou seja, a pessoa que sofre preconceito fala por si, como protagonista da própria luta e movimento. E, nesse momento, é importante que aliados exerçam seu papel de escuta, mas também de combatentes dessas discriminações. A empatia, nesse caso, é fundamental para se identificar com o outro, e tomar atitudes. É inevitável que o debate sobre diversidade é crescente nas escolas, na mídia, nas conversas em família e entre amigos e também nas empresas. Os dados mostram que investimentos nessa área trazem retornos para além do social e da melhoria da imagem. Um estudo feito pela consultoria McKinsey & Company mostra que as companhias com maior diversidade são 21% mais lucrativas do que as que não investem no assunto; quando a análise engloba diversidade de gênero e étnica, o número chega aos 30%.

Além disso, empresas mais igualitárias e equânimes tendem a ter ambientes mais produtivos — 85% das companhias que têm cultura voltada à igualdade não têm medo de errar para inovar (Accenture, 2019). Ainda assim, mulheres negras e indígenas formam o coletivo mais sub-representado nos espaços de inovação e tecnologia do mercado nacional. A urgência do tema também não impede que o racismo estrutural que está incrustado na sociedade brasileira se manifeste de diferentes maneiras. No mundo corporativo, os investimentos nas áreas de Diversidade e Inclusão (D&I) têm crescido e 76% das empresas colocam investimentos na área como estratégia prioritária para seus negócios, de acordo com relatório publicado pela PwC. A pergunta que surge é se estamos no caminho e como avançar para termos os 56% da população negra, os 25% PCD, e os 11% de LGBTQI+ representados e com voz nas estruturas empresariais. Afinal, o relatório da PwC também aponta que apenas 22% dos funcionários afirmam não ter ciência sobre os esforços implementados em suas próprias empresas, o que significa que algumas organizações realizam ações para ficar bem na foto, mas não as internalizam. A diversidade vai para além dos números e, para torná-la realidade, precisamos colocar em prática teoria. Nossas visões de mundo precisam estar refletidas nas empresas.

Esse é um caminho longo em que o primeiro passo passa por entender que, para ser de fato diversa, a empresa precisa ultrapassar a barreira de apenas incluir políticas de contratação, mas sim ser inclusiva no dia a dia. O próximo passo é fazer as lideranças entenderem que são elas as responsáveis pela transformação, tendo suas ações refletidas como exemplo pelos demais. As jornadas em busca dessa diversidade já começaram. É preciso agora avançar e acelerar para chegarmos mais próximos do ponto de chegada: um mundo corporativo mais parecido com a sociedade brasileira. Segundo Gilberto de Lima Costa Júnior, diretor executivo do JP Morgan, em 17 de setembro, em Nova York, um grupo de profissionais e especialistas de vários setores, inclusive uma delegação de profissionais negros jamais vista, se reuniu para discutir no prédio da Assembleia da ONU o que precisa ser feito para que possamos ter um futuro mais sustentável, enquanto sociedade e empresas. Foi um "Call to Action" e ficou gravado na memória de todos os presentes. A discussão Anti-ESG não tem o poder suficiente de alterar esta pauta ou de retroceder os avanços feitos até então no que tange à inclusão da pauta ESG no dia a dia das empresas sobre a inclusão em maior abrangência do fator racial na vertente S do ESG. Empresas e sociedade farão os ajustes necessários, mas o ESG veio para ficar.

Empresariado espera maior interlocução no próximo governo

Demandas do setor produtivo incluem retomada de políticas para a indústria e ações que permitam crescimento do consumo

GLAUCÉ CAVALCANTI, JOÃO SORMIA NETO E IVAN MARTINEZ-VARGAS
economiainfo@oglobo.com.br
R01 S04 P010

Passadas as eleições, empresários afirmam esperar maior interlocução com o Estado no novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para discutir medidas que impulsionem a economia do país. Recriação do Ministério da Indústria não é vista como fundamental, embora seja considerada um caminho possível. No varejo, há preocupação com a manutenção do Auxílio Brasil e expectativa positiva diante da perspectiva de criação de um amplo programa de renegociação de dívidas. Já no segmento de infraestrutura, o foco principal está em maior previsibilidade para garantir a captação de investimentos em projetos do papel. No geral, o que se deseja é que o novo governo mantenha diretrizes ortodoxas e faça acesos ao mercado, em especial à indústria. Dentre as medidas a serem adotadas e já divulgadas, o programa de renegociação de dívidas, chamado Desenrola, tende a ser o de efeito mais rápido em reativação de consumo, beneficiando o varejo, avalia An-

dré Peixoto, CEO da Leader, rede varejista fluminense: — Há muita gente endividada, pessoas que ganham R\$ 2 mil e devem mais de R\$ 15 mil. Os juros são altos, sobretudo no cartão de crédito e no cheque especial. Fica impagável. Há situações, como agora, que pedem um mutirão, porque as pessoas estão no SP, sem poder consumir. E já teria efeito no primeiro semestre. Na opinião dele, o consumo está tão deprimido que um estímulo nessa direção não ampliaria a inflação: — O Auxílio é um consenso. Sem ele, o país não roda no curto prazo. Já a decisão de aumento real anual do salário mínimo deve surtir efeito ao longo dos próximos quatro anos. É importante lembrar que o desemprego está caindo, mas a renda está lá embaixo. Tom Moreira Leite, CEO do Grupo Trigo, que reúne marcas como Spoleto e Koni Store, avalia que a revisão das faixas do Simples Nacional, para que o regime alcance maior número de micro e pequenos negócios, e a inclusão do segmento de bares e restaurantes no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) deveriam estar entre frentes prioritárias. Ele pede ainda esforço em



Troca no comando. Expectativa no setor produtivo é de manutenção de diretrizes ortodoxas e de aceso ao mercado

estratégias, como a desoneração da folha de pagamento, para ampliar a oferta de emprego no segmento, sobretudo para jovens. Synésio Batista da Costa, dirigente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), frisa que o empresariado tem boas relações com Lula. Ele acredita que a recriação da pasta da Indústria, prometida pelo novo eleito, não é essencial porque a recreria de autonomia decisória em relação a outros ministérios como o da Economia. Para Nelson Mussolini, do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), o importante não

é ter recriação da pasta da indústria, mas previsibilidade e segurança jurídica na política econômica do governo: — É preciso ter políticas que estimulem a indústria. Nenhum país desenvolvido prescinde de setor industrial forte. Há clareza na equipe do Lula sobre desenvolvimento da indústria. AENO A ESTRANGEIROS Na construção, a expectativa é de avanço diante da proposta de reativação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de impulso ao segmento de moradia popular, diz Sylvio Pinheiro, diretor da carioca G+P Soluções, consultoria de gestão e soluções de projetos e construções. O setor, diz ele, permite a Lula dar resposta rápida em ferramentas de estímulo à economia. — O problema do setor hoje é a taxa de juros. A inflação ce- deu e a quebra na cadeia se resolveu. Isso traz o consumidor de forma fácil, ele volta a com- prar. E, ao mesmo tempo, destrava projetos — explica ele. Já o foco em estimular avanço em moradia popular traz confiança para investir: — Bolsonaro reduziu muito o investimento nas primeiras faixas do programa de moradia popular (Casa Verde e Amarela). É um investimento baixo perto do resultado percebido pela população. É uma forma fácil de movimentar a máquina, gerando emprego. Projetos foram travados pelas empresas porque a conta não fechava. A sinalização de freio em privatizações não deve alcançar o saneamento, acredita Marlene Ramos, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Grupo Águas do Brasil. No setor, a visão é que não deve haver revisão do Marco do Saneamento, que tem permitido captar investimento privado para acelerar a universalização dos serviços de água e esgoto no país. Paulo Hartung, à frente da

Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), diz que a mudança de governo é oportunidade de "corrigir o rumo" das políticas ambientais do país: — Tem uma expectativa grande do setor sobre a questão ambiental. É algo importante para a economia brasileira porque mexe com a imagem do Brasil junto a investidores estrangeiros. Há uma oportunidade de corrigir o rumo para que o país volte a participar de esforços no combate às mudanças climáticas. De outro lado, o executivo Christian Lobbauer, que até outubro presidia a Croplife, entidade ligada ao agronegócio, diz que a gestão de Lula precisa ajustar o discurso para não ter atrito com o segmento: — Precisa prestar atenção no que vai fazer em relação ao agronegócio não foi a escolha da imensa maioria do setor. E a demenda maior da como taxação de exportação e de commodities e ocupação de propriedade privada.

INDICADORES

BOVESPA +0,77% média
+5,45% em outubro

DÓLAR

	COMPRAS	VENDAS
Comercial (Ptax)	5,1494	5,1500
Turismo esp. (BB)	4,96	5,25
Turismo esp. (Badesco)	N.D.	5,46

OUTRAS MOEDAS

	YEN
Libra esterlina	5,9045
Franco suíço	1,1393
Yen japonês	0,10346
Peso argentino	0,00346
Peso chileno	0,0054
Yuan chinês	0,7067

ÍNDICES

ÍNDICE	02/10-000	MÊS	ANO	12 MESES
IPCA base	6370,34	-0,29%	4,09%	7,1%
Setembro	6388,87	-0,36%	4,29%	8,73%
Agosto	6388,87	-0,36%	4,29%	8,73%

POUPANÇA

ÍNDICE	02/10-000	MÊS	ANO	12 MESES
Índice	287,11	0,6516%	27,11	0,6516%
Setembro	287,11	0,6516%	27,11	0,6516%

0,1508TR

ÍNDICE	02/10-000	MÊS	ANO	12 MESES
Índice	25,10	0,1130%	25,10	0,1130%
Setembro	25,10	0,1130%	25,10	0,1130%

UFIR/RJ

ÍNDICE	02/10-000	MÊS	ANO	12 MESES
Índice	Novembro	Novembro	Novembro	Novembro
Setembro	4,0935	4,0935	4,0935	4,0935

IMPOSTO DE RENDA

BASE DE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA	ARENZOR
Até R\$ 1.903,99	Isento	R\$ 142,80
De R\$ 1.903,99 a 3.751,05	7,5%	R\$ 354,80
De 3.751,06 a 4.664,68	15%	R\$ 636,13
Acima de 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36

Deduções: a) R\$ 189,59 por dependente; b) dedução especial para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com 65 anos ou mais; R\$ 1.903,98; c) contribuição mensal à Previdência Social; d) pensão alimentícia paga de acordo com sentença judicial. Obs.: Para calcular o imposto a pagar, aplica-se a alíquota e deduz-se a parcela correspondente à taxa. A 1ª parcela do IRPF, que vence em 31 de outubro, tem correção de 4,22%.

INSS

ÍNDICE	02/10-000	MÊS	ANO	12 MESES
Índice	75,10	0,6516%	75,10	0,6516%
Setembro	75,10	0,6516%	75,10	0,6516%

Trabalhador autônomo Para o contribuinte individual facultativo, o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base. Contribuição mensal mínima de R\$ 242,20 (para o piso de R\$ 1.212,00) e máxima de R\$ 1.412,44 (para o teto de R\$ 1.082,22).

SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL RJ Novembro R\$ 1.212,00 R\$ 1.238,11

FUNDOS DE INVESTIMENTO: www.anbima.com.br. Clicar em "Fundos de investimento".

ÍNDICES DE PREÇOS: FGV: www.fgv.br. IBGE: www.ibge.gov.br. ANBIMA: www.anbima.com.br.